

Índios de Ibirama e delegado da Funai depõem na Polícia Federal



Sete índios da Reserva de Ibirama, juntamente com o Delegado Regional da Funai, Harry Teles, foram ouvidos pelo Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina, João Batista Campelo, que disse aos índios que na próxima desavença eles seriam "processados na forma da lei".

O encontro, que durou mais de duas horas, foi motivado pelas brigas entre dois grupos que recentemente resultou em ferimentos no cacique Aristides Kriri e no índio Olímpio Severino Nunforo.

Embora tenham chegado e saído em dois grupos do prédio da Polícia Federal — ontem foi a primeira vez que os dois desafetos se encontraram depois da briga em que se feriram mutuamente — representantes das duas correntes afirmaram que haverá paz.

A BRIGA

O cacique Aristides Kriri brigou com Olímpio Severino Nunforo por causa de terras. O segundo ocupava 20 alqueires e uma casinha de madeira que o cacique afirma serem dele. O cacique resolveu usar a casa e pediu para Olímpio desocupá-la. O índio disse que deixaria a casinha para morar em outra nas proximidades, pois tinha roça no local e não poderia abandoná-la.

Daf o cacique não aceitou, houve discussão e eles partiram para a agressão

mútua. O cacique saiu ferido com goles de foice e Olímpio com golpes de punhal.

A reserva inteira se envolveu na disputa e dois grupos se formaram: os que residem na localidade de "Bugio" — vizinhos de Olímpio — e os que moram na seda da Reserva junto com o cacique Kriri.

Nas últimas semanas a briga provocou uma tensão tão grande entre os descendentes dos Xoklengs que o grupo da localidade de "Bugio" afirmou à imprensa que ia partir para a luta armada. Foi por isso e pelas cartas enviadas pelos índios à chefia da Região Militar que a Polícia Federal chamou os índios para um encontro em Florianópolis juntamente com os representantes da Funai.

VERSÃO OFICIAL

À saída do encontro, o Delegado Regional da Funai, Harry Teles que veio de Curitiba para a reunião, disse que a imprensa exagerou a briga: "É apenas um desentendimento entre parentes, porque um não vai com a cara do outro".

Lembrando que o simples desentendimento já tinha provocado a hospitalização dos dois índios. Harry Teles afirmou que isso também acontece em nossa sociedade. Ainda segundo ele, não é problema de terras e nem de madeira, mas de parentes.

COMPROMISSOS

Na verdade havia problema de terra. Mas o cacique Kriri se comprometeu em solucionar a situação de Olímpio Nunforo, que além de desocupar a casinha do seu desafeto perdeu uma roça por não poder trabalhar enquanto se recupera fisicamente dos ferimentos à faca.

Ao final da reunião ele disse que acredita na solução do seu caso, pois o cacique se comprometeu a resolver. Ele já tem uma área em vista para se estabelecer com a família e espera que parte de seus prejuízos sejam ressarcidos.

Ele espera que o entendimento vá acontecer, tanto pela necessidade que eles têm de estarem unidos para conseguir sobreviver, como pelo alerta do Superintendente João Batista Campelo, que avisou que poderá "processar na forma da lei" os índios que se envolverem em brigas futuras.

E a exemplo do cacique Juruna, os índios da localidade de "Bugio" gravaram parte da conversa de ontem. Não gravaram tudo pois faltou fita. Segundo Pripá o uso do gravador é porque eles têm dúvida não apenas da palavra da Funai, mas na dos próprios irmãos residentes na sede da Reserva "Duque de Caxias".

Anai divulga Nota à Imprensa

A Associação Nacional de Apoio ao Índio — Anai — (Núcleo de Florianópolis), divulgou recentemente uma Nota à Imprensa onde denunciou diversos problemas que vêm ocorrendo com os indígenas dos três Estados do Sul. Eis a Nota na íntegra:

Os grupos indígenas do Sul do Brasil sofrem, hoje, todo tipo de consequências que a ordem desenvolvimentista do sistema econômico e político da nossa sociedade lhes impõe. Entidades do Sul que desenvolvem trabalho de apoio aos povos indígenas, preocupadas com o destino desses povos, reuniram-se em Florianópolis, nos dias 5 e 6 passados, para avaliar a situação atual dos grupos indígenas do Sul do País.

Do levantamento realizado, alguns casos foram considerados mais graves, tais como o dos Guarani do Rio Ocoí, no Paraná. Com a construção da Hidroelétrica Itaipu, estes índios terão suas terras inundadas e portanto, deveriam obter "uma área equivalente a anterior, inclusive quanto às condições ecológicas". (Lei 6001 — Estatuto do Índio, Art. 20, Parágrafo 3º). Até o momento o

Estado não acedeu a estas condições, negando a levar em conta seus direitos constitucionais.

Há ainda um fator mais grave que foi o órgão tutelar, a Funai, ter aplicado ali os critérios de indianidade, concedendo a alguns poucos o diploma de índios, retirando à maioria seus direitos históricos, não considerando-os índios.

Também grave é a situação no Posto Indígena de Ibirama, em Santa Catarina, onde continua o impasse quanto a Barragem que ali vem sendo construída pelo DNOS. Mesmo após a ocorrência de duas enchentes naquele posto e da existência de um convênio entre o DNOS e a Funai, com a finalidade de tratar da indeização pelas terras que serão atingidas, até o momento nada se concretizou.

Outra área com problema sério é o Posto Indígena de Mangueirinha, no Paraná, onde parte de suas terras está em litígio. Os Kaingang e Guarani daquele posto aguardam que o Tribunal Federal de Recursos faça justiça ao direito que possuem sobre as terras, atualmente nas mãos da Madeireira Slaviero e Filhos S. A.

Os índios de Guarita, no Rio Grande do Sul, também vivem em clima de tensão devido a invasão de suas terras e roubo de madeira.

De modo geral, os principais problemas que os grupos indígenas do Sul do país enfrentam são a grilagem de suas terras, a retirada clandestina de madeira e perda de território pela construção de barragens. Os índios, além de todos esses problemas, vivem sob uma constante tentativa de invasão territorial e mais recentemente sob a ameaça de serem emancipados compulsoriamente através dos critérios de indianidade, instituídos pela Funai.

Tendo em vista toda esta situação, requer-se às entidades governamentais responsáveis a atenção necessária para o encaminhamento justo e efetivo que cada questão exige, conforme a legislação em vigor.

Por outro lado, cabe a nossa sociedade o papel de não permitir as injustiças que ocorrem contra grupos sociais diferenciados ou minoritários, procurando encontrar saídas em que todos possam conviver igualmente.